

A ÉTICA KANTIANA E A  
POSSIBILIDADE DO ALTRUÍSMO  
(THOMAS NAGEL)<sup>1, 2</sup>  
Jürgen Stolzenberg (MLU)<sup>3</sup>  
juergen.stolzenberg@phil.uni-halle.de

*We cannot evade our freedom.*  
Thomas Nagel, *The Last Word*

**Resumo:** O presente artigo discute a relação da ética do altruísmo, defendida por Thomas Nagel, com a ética kantiana. Segundo o próprio Nagel, sua posição é semelhante à de Kant sob dois aspectos: ela defende a tese da autonomia da motivação moral e funda a moral em uma determinada autoconcepção da pessoa. No entanto, diferentemente de Kant, o princípio da ética nageliana é apenas o pressuposto modesto de que uma pessoa essencialmente considera a si mesma como sendo uma em uma pluralidade de pessoas. Partindo do argumento nageliano em *The Possibility of Altruism* (1970), mas contemplando também a posição mais recente de Nagel em *The Last Word* (1999), argumenta-se que Nagel só pode defender sua concepção de uma ética racional de modo convincente se ele se aproximar mais da fundamentação kantiana da ética do que ele pretende.

**Palavras-chave:** moralidade, altruísmo, autoconsciência.

A primeira monografia original de Thomas Nagel, *The Possibility of Altruism*, é a fundamentação de uma ética. Nela, bem no início, Nagel declara-se partidário de Kant, contra Hobbes e Hume. A prometida fundamentação de uma teo-

---

<sup>1</sup> Recebida: 11.08.2010/Aprovado: 09.09.2010/Publicado on-line: 08/12/2010.

<sup>2</sup> Tradução de "Kants Ethik und die Möglichkeit des Altruismus (Thomas Nagel)", publicado em Kant und die Gegenwart, Berlim/Nova York: Walter de Gruyter 2007, pp. 247-265. O artigo foi traduzido e publicado pela Philótophos com a permissão do autor. O tradutor e o revisor da tradução, respectivamente Hans-Christian Klotz e Thiago Suman Santoro, são professores adjuntos do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil (e-mail do professor Christian: [klotz.chr@googlemail.com](mailto:klotz.chr@googlemail.com) e e-mail do professor Thiago: [thsantoro@gmail.com](mailto:thsantoro@gmail.com)).

<sup>3</sup> Prof. Dr. Jürgen Stolzenberg é professor da Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg, em Halle (Saale), na Alemanha.

ria ética, diz Nagel (1970, p. 13), “resembles that of Kant in two respects”. O primeiro aspecto concerne ao problema da motivação. Contra Hobbes, que deriva a motivação moral da tendência à autoconservação, e contra Hume, segundo o qual há sempre uma inclinação – tal como o sentimento de simpatia pela felicidade ou a miséria de outros – que serve como fundamento motivacional do agir, Nagel defende o que se pode chamar de *autonomia da motivação moral*. Isso quer dizer que a motivação de agir moralmente não pode ser fundamentada a partir de sentimentos extramoriais ou de desejos. “The ethical motivation”, formula Nagel (1970, p. 11), “can [...] be understood only through ethics”. Segundo Nagel, é justamente nisto que a posição kantiana consiste. E, de fato, é bem conhecido que, segundo Kant, a motivação de agir moralmente só pode ser derivada da verdade da pretensão moral, e não de algum sentimento ou impulso moralmente neutro, fundado na natureza humana. Isso significa que para Kant e para Nagel existe uma motivação especificamente moral, que pode ser fundada na própria exigência moral, independentemente de fatores moralmente neutros. Nagel promete mostrar como é que tal fundamentação pode ser dada.

O segundo aspecto sob o qual Nagel vê uma semelhança entre a sua posição e a de Kant diz respeito à ligação entre uma determinada autoconcepção de agente moral e a sua motivação. Como se sabe, para Kant, a liberdade como autonomia é o fundamento da autoconcepção do agente moral, à qual também se refere a sua teoria da motivação moral, a teoria do respeito pela lei moral. Para Nagel, esse é um modo de entender a si mesmo menos carregado e problemático – quase se pode dizer simples –, mas, segundo Nagel, inegável e fundamental. Este consiste no fato de que

um agente considera a si mesmo como sendo meramente *um* indivíduo, i.e., *uma* pessoa em uma pluralidade de outros indivíduos.

Com isso, parece que, sob o aspecto sistemático, o sucedimento nageliano à ética kantiana é bem modesto. Essa impressão é reforçada pelo fato de que mais adiante Nagel não se refere mais à teoria kantiana da motivação nem à ética kantiana em geral. Em vez de falar de uma semelhança e proximidade, parece melhor falar de uma “analogia remota” com a ética kantiana, na medida em que a abordagem de Nagel só se refere à ideia da autonomia da motivação moral, mas não à teoria kantiana do respeito e nem ao fundamento da ética kantiana, o princípio da liberdade como autonomia.

No entanto, isso não foi a última palavra de Nagel. Em *The Last Word*, seu último enunciado acerca de questões da ética refere-se ao problema da liberdade da vontade e à doutrina kantiana sobre a autonomia. Agora, Nagel busca integrar ambos no contexto da argumentação que fora fundamental para a sua primeira concepção ética. A explicitação da autoconcepção do agente como uma pessoa em uma pluralidade de outras – que permanecia reduzida em comparação à concepção kantiana da autonomia – agora recebe um aspecto surpreendente pelo fato de que ela é interpretada como fundamento estrutural justamente da concepção kantiana da autonomia. Com isso, a relação de Nagel com Kant torna-se filosoficamente explosiva. Obviamente, o que está em jogo é a possibilidade de uma fundamentação de uma ética racional em uma perspectiva kantiana que se justifica pelo fato de que parte de um elemento inegável e fundamental da autoconcepção humana. A tese de Nagel é que essa autoconcepção é o fundamento

do altruísmo, e que a ética kantiana pode ser entendida e justificada como uma ética do altruísmo. Levanta-se a pergunta se essa tese, e a interpretação da concepção kantiana da autonomia, são convincentes.

Para responder a essa pergunta é preciso apresentar, primeiro, a concepção originária nageliana de uma ética do altruísmo. Depois, será discutida a – por enquanto – “última palavra” de Nagel sobre o assunto e sua relação com a ética kantiana.

### O PRIMEIRO ESBOÇO NAGELIANO DE UMA ÉTICA DO ALTRUÍSMO

Por altruísmo, Nagel (1970, p. 16) entende uma postura ou um comportamento de pessoas que se orientam exclusivamente pela convicção de que se deve fazer algum bem a outro ou evitar um prejuízo para ele. Ele não se refere, com isso, a qualquer forma de autossacrifício nobre, o que frequentemente é chamado de altruísmo. Em vez disso, Nagel (1970, p. 79) refere-se à disposição “to act in consideration of the interest of the other persons, without the need of ulterior motives”. Segundo Nagel, tal postura tem seu fundamento na autoconcepção da pessoa, no entender-se desta como sendo meramente uma pessoa em uma pluralidade de outras pessoas.

Nagel dá esse passo com cuidado metodológico, orientando-se pelo *method of interpretation*, como ele o chama. Este consiste em – e serve para – vincular a validade objetiva de princípios éticos com certos aspectos fundamentais e inegáveis da autoconcepção de uma pessoa e da sua relação como o mundo (NAGEL, 1970, p. 18). Assim, o conceito de interpretação no *method of interpretation* de Nagel não se

refere primariamente ao modo como uma pessoa entende a si mesma, mas ao fato de que os princípios são considerados como expressão de tal autoconcepção, a partir da qual também podem ser justificados. Portanto, o *method of interpretation* afirma que princípios éticos dizem respeito a um determinado tipo de ação, e esse tipo de ação baseia-se em uma determinada autoconcepção da pessoa, que é fundamental para ela e para sua relação com o mundo. Essa é a capacidade de entender-se como sendo apenas mais uma pessoa dentro de uma pluralidade de outras pessoas. Com isso, o *method of interpretation* serve para especificar as condições da racionalidade de uma teoria ética. Essas condições são dadas com a referida autoconcepção de uma pessoa, i.e., podem ser inferidas desta.

É com esse intuito que Nagel (1970, p. 100 e ss.) introduz uma distinção fundamental para toda a argumentação seguinte. Segundo ele, a referida autoconcepção de uma pessoa pode ser entendida como ligação de dois aspectos, perspectivas ou pontos de vista, sob os quais uma pessoa pode conceber a si mesma e ao mundo: por um lado, o ponto de vista *pessoal* e, por outro, o ponto de vista *impessoal*. Como se sabe, o ponto de vista pessoal é o da primeira pessoa. Aqui, a pessoa mesma é o sujeito, i.e., o autor de juízos, convicções e posturas; ela mesma é o lugar, i.e., o ponto de vista a partir do qual ela se refere a si mesma e ao mundo. O ponto de vista impessoal abstrai desse ponto de vista próprio a cada um; a partir dele, a pessoa entende a si mesma e qual é o seu lugar no mundo, de modo tal que ela concebe a si mesma como uma pessoa em uma pluralidade de *outras* pessoas, como alguém (“someone”), e não como

“eu” (NAGEL, 1970, p. 19)<sup>4</sup>.

O segundo passo da argumentação diz respeito a uma consequência dessa autoconcepção. Nele, Nagel (1970, p. 101) aponta o fato de que a diferença entre essas duas perspectivas não se refere ao conteúdo proposicional de juízos ou atitudes, mas ao modo como tal conteúdo é dado. Entender a si mesmo como sendo meramente mais uma entre outras pessoas significa conceber os outros tal como a si mesmo. Isso significa que todos os conteúdos que se atribui a si mesmo de um ponto de vista pessoal – aquilo que se pensa, sente, supõe ou pretende –, também pode ser atribuído a outros de um ponto de vista impessoal. No que diz respeito ao conteúdo proposicional, ou seja, ao fato de estar contente, a proposição pessoal “Estou contente” não difere do enunciado impessoal “Ele está contente” ou do respectivo enunciado de outra pessoa sobre si mesma. A diferença é meramente uma diferença de perspectiva. Segue-se disso que uma pessoa sempre pode entender seus enunciados sobre si mesma, sobre suas próprias vivências, convicções, atitudes e ações, como enunciados que ela faz em relação a uma pessoa que, nesse caso, é idêntica a ela mesma. Portanto, quem é capaz de conceber a si mesmo, sob uma perspectiva pessoal, como sendo meramente mais uma pessoa em uma pluralidade de outras pessoas, também é capaz de conceber a si mesmo sob uma perspectiva impessoal. Por possuir também uma consciência da diferença entre as duas perspectivas, ele é capaz de dizer que a pessoa à qual se refe-

---

<sup>4</sup> Cf. também Nagel (1986), especialmente cap. IV e VIII-X. A primeira discussão sistemática dessa tese de Nagel encontra-se em Heinrich (1989). Cf. também a discussão crítica em Lütterfelds (1999). Com relação à concepção nageliana de um si objetivo e as teses de Nagel acerca da relação entre idealismo e realismo, Lütterfelds refere-se, ao fim de sua resenha, à posição de Fichte (p. 220, 222), entre outras, no entanto, sem aprofundar esse ponto.

re é ele mesmo.

Vê-se facilmente quais são as consequências disso para as condições da racionalidade de uma teoria ética. Na medida em que, segundo Nagel, a autoconcepção de uma pessoa é definida pela unidade desses dois pontos de vista ou perspectivas, aquilo que valeria como princípio ético no sentido de um critério supremo da moralidade de ações e das intenções que as orientam deve corresponder a essa unidade. Isso significa que tal princípio tem que ser *universal* (NAGEL, 1970, p. 107)<sup>5</sup>. Um princípio ético é universal se e somente se ele se aplica a todas as pessoas que estão em uma situação comparável e se o princípio é aceito por uma pessoa independentemente da sua respectiva situação e condição própria, isto é, de um modo impessoal. Com isso, o círculo da argumentação se fecha. Isso aplica-se, justamente, ao princípio do altruísmo defendido por Nagel: este baseia-se só no reconhecimento da realidade e dos interesses de outras pessoas, sem considerar os interesses específicos e os sentimentos do sujeito que age. Por isso, subjaz ao altruísmo um princípio universal e, por isso, o altruísmo pode ser entendido e justificado como expressão da unidade dos dois modos de conceber a si mesmo que caracterizam pessoas<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Ver também Nagel (1996).

<sup>6</sup> Com isso também está dado um argumento contra a posição de um *solipsismo prático* ou *egoísmo ético*. Ambas as posições implicam a dissociação das duas perspectivas sob as quais uma pessoa entende a si mesma, porque seguem exclusivamente a perspectiva pessoal, orientando-se por um princípio que vale só para a pessoa que o adotou. Em contraste com isso, a unidade das duas perspectivas supõe que a pessoa aplique um princípio ético a si mesma enquanto a pessoa que é, isso significa, a si mesma como uma pessoa entre outras. Aqui, o fato de que eu mesmo sou esta pessoa não tem nenhum papel substancial para a determinação do conteúdo e da validade do princípio – como no caso do egoísmo. Portanto, o princípio do altruísmo é só a expressão prática da unidade da autoconcepção fundamental de uma pessoa e impede a cisão ou dissociação da perspectiva pessoal e da impessoal. Com isso, o altruísmo não se opõe apenas à posição do egoísmo cético, mas também ao ponto de vista de um *indiferentismo ético*, ao qual subjaz somente a

## O PROBLEMA DA MOTIVAÇÃO

Só o terceiro passo da argumentação é decisivo, dizendo respeito ao problema da motivação. No presente contexto, trata-se da questão de como a mera consideração da realidade e dos interesses de outras pessoas por si pode fornecer um fundamento da motivação para uma determinada ação, sem que nisso a pessoa leve em conta seus próprios desejos, necessidades e inclinações. A tese de Nagel é a de que a resposta a essa questão também se dá pela autoconcepção de uma pessoa como uma em uma pluralidade de outras pessoas.

No entanto, pelo que já foi dito não parece claro como isso é possível. É plausível dizer que só a unidade das perspectivas pessoal e impessoal pode ser adequada à suposta autoconcepção de uma pessoa. Porém, não parece claro como se pode inferir dessa unidade um fundamento da motivação. Tal fundamento deveria ser um fundamento válido para e que pode ser adotado justamente por aquela pessoa cujo agir está em questão. Isso segue do conceito de um fundamento da motivação, mas parece que tal fundamento não pode ser entendido a partir de uma perspectiva impessoal, senão apenas de uma perspectiva pessoal. É só sob essa perspectiva que a pessoa é capaz de considerar a si mesma como sujeito e autor das suas ações e só sob esta perspectiva um fundamento pode adquirir força motivadora. No entanto, é justamente disso que a perspectiva impessoal se abstrai. Justamente o que não deveria desempenhar

---

perspectiva impessoal. É verdade que a partir dessa posição uma visão objetiva do mundo e das pessoas que agem nele pode ser construída; no entanto, quando se trata de agir, nada importa para ela, porque ela se distancia de qualquer engajamento prático motivado pessoalmente (cf. NAGEL, 1970, p. 99 e ss.).

nenhum papel substancial na determinação do princípio do altruísmo e da justificação da sua validade, a saber, o ponto de vista pessoal, parece ter que assumir o papel principal no contexto do problema da motivação, para que se possa especificar um fundamento que norteie o agir. Não se vê como isso é possível.

Nagel (1970, p. 109-124; 122 e ss.) busca resolver esse dilema aparente partindo da premissa de que um princípio que, pelo seu conteúdo, é meramente subjetivo suspende a unidade da autoconcepção de uma pessoa como uma em uma pluralidade de outras pessoas, e isso porque um princípio de conteúdo subjetivo exclui a consideração dos interesses de outras pessoas pela qual a autoconcepção de uma pessoa é definida. Por isso, não pode haver um princípio de conteúdo subjetivamente condicionado que opere como fundamento da motivação. Por conseguinte, só um princípio objetivo, que pode ser formulado e justificado a partir da perspectiva impessoal, pode tornar-se um fundamento motivador do agir de uma pessoa. E isso, por sua vez, só pode acontecer de modo tal que a pessoa exerça uma mudança de perspectiva do ponto de vista impessoal para o pessoal que preserve o conteúdo do princípio. Mais precisamente, essa mudança de perspectiva consiste no fato de que a pessoa adota o que ela reconheceu como uma razão objetiva para o agir como a sua própria coisa, que ela se identifica com essa razão e a reconhece como válida para o seu próprio agir. Portanto, o ponto decisivo consiste na ideia de que a força motivadora não surge de um princípio subjetivo e independente, mas só do reconhecimento e da adoção do princípio objetivo para o seu agir, exercido pela pessoa. Assim, para Nagel a perspectiva pessoal, com seu ato da apropriação da justificação da ação, torna-se o ponto

de convergência, no qual razões objetivas se transformam em motivos subjetivos do agir. Por conseguinte, um motivo subjetivo do agir é uma razão objetiva para que algo deva ser feito ou ocorrer, razão que uma pessoa adota para o seu próprio querer e agir e com a qual ela se identifica<sup>7</sup>.

Como Nagel destaca mais adiante, o princípio do altruísmo constitui meramente uma condição formal e universal à qual razões materiais do agir estão submetidas para serem razões morais. Como razões materiais, Nagel (1997, p. 125 e ss.) menciona algumas razões *prima facie*, que são razões subjetivas, como a remoção de sofrimento e dor, a proteção da vida e a garantia da sobrevivência, a satisfação de necessidades elementares e a possibilidade de construir uma vida própria, as quais dependem de condições sociais, econômicas e políticas. Além disso, Nagel discute procedimentos e princípios pelos quais conflitos e colisões entre razões *prima facie* que são objetivas (ou objetiváveis) podem ser evitados ou diminuídos. No entanto, isso não será discutido aqui, não sendo explicitamente um ponto central para Nagel. Em vez disso, é sistematicamente importante a referida mudança de perspectiva. Aqui encontramos o ponto de contato com a ética de Kant e aqui está o tema sobre o qual Kant e Nagel podem dialogar de modo frutífero. Como já foi mencionado, é no seu livro *The Last Word* que Nagel inicia esse diálogo.

---

<sup>7</sup> Segundo Nagel, a estrutura lógica deste ato pode ser formalizada do seguinte modo. Ele parte de uma proposição impessoal: “há uma razão objetiva, dada a uma pessoa X, para querer que Y seja feito”. Segue a proposição pessoal: “eu mesmo sou a pessoa X”, e mais uma proposição pessoal, que se segue da primeira e da segunda e com a qual a razão objetiva é adotada: “eu tenho uma razão objetiva para querer que Y seja feito”.

## LIBERDADE

A palavra-chave é o que Nagel chama de “the standpoint of decision”. Subjaz a esse conceito a convicção de que em uma situação de conflito a decisão a ser tomada sobre o que se deve fazer, e isso significa: o que é moralmente bom, “cabe a mim”, como Nagel (1997, p. 117) o expressa – “it is up to me to decide, all things considered, what I should do”. Nesse caso, mostra-se a capacidade de uma pessoa de distanciar-se de todas as condições pessoais e contingentes e, nessa distância, tomar uma decisão sobre o que se deve fazer, decisão que se orienta por critérios universalizáveis e geralmente aplicáveis. Nagel (idem) introduz uma nova tese na discussão, em comparação com seu primeiro livro, ao dizer que é este ato justamente o fundamento a partir do qual se pode inferir a atualidade da consciência da liberdade: “the sense of freedom depends on the decision’s not being merely from my point of view. It is [...] the demand that my actions conform to universally applicable standards”.

Nesse ponto Nagel cita Kant, concordando com este e referindo-se à doutrina kantiana acerca da consciência da lei moral como *fato da razão*, que é ao mesmo tempo o fundamento do conhecimento da atualidade da liberdade como autonomia, ilustrada pelo exemplo conhecido do príncipe, que ameaça levar-me à força se eu me recusar a incriminar uma pessoa inocente da qual ele quer se livrar. Aqui eu sei que sou capaz de recusar-me, porque sei imediatamente – sem deliberação – que eu deveria me recusar, apesar do meu amor pela vida. Se eu vou me recusar, isso é outra questão. Para Nagel, bem como para Kant, a consciência de que essa exigência moral se dá de modo incondicionado, sendo dirigida a mim, é o indício da realidade da

liberdade como autonomia. Esta consiste no distanciamento dos próprios desejos, necessidades e inclinações contingentes, e na orientação do agir por critérios objetivamente válidos. Essa concepção da realidade da consciência da liberdade, que Nagel defende enfaticamente em *The Last Word*, recebe importância central no presente contexto. Ela envolve implicações que ultrapassam o que Nagel diz sobre o assunto, o que os seguintes passos mostram.

O primeiro passo diz respeito à unidade das perspectivas pessoal e impessoal. Na sua descrição da autoconcepção de pessoas, Nagel sempre constatou tal unidade, afirmando-a como um fato último, sem indicar um fundamento estrutural a partir do qual a necessidade – ou, como Nagel (1970, p. 3) o expressa, “the inescapability” – dessa unidade poderia ser compreendida. Agora, evidencia-se que é o ponto de vista pessoal, a partir do qual a pessoa torna um princípio objetivo, o fundamento de seu próprio agir, que dá origem à unidade das duas perspectivas, e que há uma consciência disso na pessoa que tem esse ponto de vista. O respectivo ato, por assim dizer, “vive” disso – ele é exercido pela pessoa mesma, de modo consciente, não sendo executável por outros como representantes–; ao mesmo tempo, o conteúdo desse ato, com o qual a pessoa se identifica, não está delimitado à pessoa que o exerce, porque subjaz a este conteúdo a ideia de um princípio universal, de acordo com o qual devem se orientar suas convicções e ações. O fato de que as duas perspectivas são de si mesmo só pode ser conhecido na perspectiva pessoal. Portanto, a perspectiva pessoal é o fundamento da consciência da unidade e, ao mesmo tempo, da diferença das duas perspectivas.

No entanto, a consciência da unidade das duas perspectivas, atualizada no ato pessoal, não é ainda o ponto decisi-

vo. Em *The Last Word*, a concepção de um princípio universal e do seu reconhecimento como válido para o próprio agir é interpretada como manifestação da nossa razão prática. Nagel (1970, p. 3) vê a sua função no fato de que ela estabelece a exigência de uma justificação universalizável (“the demand for generalizable justification”). Para ele, isso também decorre diretamente da referida autoconcepção da pessoa. Portanto, essa exigência é uma característica essencial da pessoa. Quem se concebe como sendo meramente uma pessoa em uma pluralidade de pessoas, tornando esse fato o fundamento do seu agir, ao mesmo tempo concebe a si mesmo como alguém que é capaz de adotar no seu agir princípios universais independentes do seu próprio ponto de vista. Por isso, o ponto de vista pessoal também deve ser designado como ponto de vista da razão prática, sendo o ponto de vista sob o qual uma pessoa é capaz de submeter seus próprios desejos, inclinações e convicções à exigência de uma justificação universalizável e atuar neles com essa exigência. Com isso, mostrou-se um segundo aspecto importante na análise de Nagel.

Contudo, com isso a estrutura lógica e a função do ponto de vista pessoal ainda não estão suficientemente compreendidas. Se partirmos, com Nagel, da ideia de que a função da razão prática e o reconhecimento da sua força normativa com relação às próprias ações e desejos, inclinações e convicções que subjazem a estas constituem uma característica essencial do nosso ser pessoal, então – poder-se-ia dizer – só reconheço com isso algo que deriva de mim mesmo, na medida em que eu entendo a mim mesmo como pessoa. Portanto, com o ato pessoal do reconhecimento de um princípio universal para o meu agir, não só me torno consciente da minha liberdade como autonomia, a qual

sem isso, como Kant o formulou, teria “permanecido desconhecida” a mim<sup>8</sup>; além disso, adquiero uma consciência do fato de que a exigência de uma justificação universalizável na verdade é só a expressão da minha própria essência enquanto pessoa. Segue-se disso que o ato pessoal não pode ser entendido – como Nagel o faz – apenas como um ato da decisão de adotar razões objetivas para o próprio agir, e também não só como um ato da aplicação de princípios universais ao próprio agir. Antes, ele é a expressão de uma *pura autoconsciência prática* da pessoa que exerce o ato. Aquilo que a pessoa adota e com o qual ela se identifica ao abstrair de todas as inclinações e desejos contingentes – aceitando como válido com relação ao seu agir só o que é válido e obrigatório para ela como para todas as outras pessoas – isso não é outra coisa senão a característica essencial do seu ser pessoal, que consiste no reconhecimento dessa razão prática “pura”, isto é, independente de necessidades subjetivas que essencialmente pertencem a ela.

Portanto, uma autoconsciência prática e, nesse sentido, pura é o que propriamente constitui o caráter fundamental da autoconcepção de uma pessoa, o “núcleo interno” – “a core” – da pessoa, como Nagel (1970, p. 23) diria. No entanto, Nagel não deu esse passo decisivo para uma teoria da pessoa moral e do seu papel na fundamentação de uma ética do altruísmo – o passo para a análise da estrutura reflexiva interna do ponto de vista pessoal. Ele (1997, p. 117) deveria ter dado esse passo para poder dizer legitimamente o que afirma: “thus I find within myself the universal Standards, that enable me to get outside of myself”. O ‘interior

---

<sup>8</sup> KANT, *Crítica da razão prática*, p. 30 (p. 130 na tradução de Valério Rohden, no que segue, citada por “Rohden”, seguido pelo número da página).

próprio’, do qual Nagel fala aqui, é aquela autoconsciência prática pura de uma pessoa. O conteúdo proposicional dessa autoconsciência é o saber que uma pessoa tem de que, em virtude do caráter da racionalidade que essencialmente pertence a ela, ela mesma é o fundamento da consciência da liberdade e, ao mesmo tempo, da universalidade do padrão de medida ao qual ela submete o seu agir.

Com relação ao “standpoint of decision” pessoal deveria precisar o seguinte: corresponde a esse ponto de vista uma autoconsciência específica de uma pessoa moral. No ponto de vista da decisão acende-se, por assim dizer, uma luz para o si do qual Nagel fala. Este si percebe que a condição última sob a qual ele toma sua decisão, reconhecendo-a como válida para o seu agir, é só a expressão da sua razão prática “pura”, que é o caráter essencial do seu ser pessoal. Assim, o que se apresenta a ele como exigência universal para o agir na verdade é só a manifestação do seu caráter essencial enquanto pessoa. Apesar de Nagel, em *The Last Word*, se manter à certa distância com relação a uma teoria da autoconsciência prática, já no seu primeiro livro (1970, p. 23) ele parece ter em vista o fenômeno ao qual tal teoria se refere, ao explicitar com relação ao padrão de medida universal:

There is nothing regrettable about finding oneself, in the last analysis, left with something which one cannot choose to accept or reject. What one is left with is probably just oneself, a core without which there could be no choice belonging to the person at all. Some unchosen restrictions on choice are among the conditions of its possibility.

Assim, do ponto de vista da decisão a pessoa refere-se a si mesma em um sentido triplamente diferenciado, de modo tal que ela entende a si mesma como origem da exigência de aplicar o princípio da universalidade de razões para o a-

gir, como seu destinatário e como instância da sua adoção e aplicação. Só isso constitui a consciência da liberdade à qual Nagel se refere, cuja estrutura reflexiva, no entanto, não fica clara com a expressão “just oneself”.

Essa perspectiva, obviamente kantiana, tem consequências para a concepção nageliana do altruísmo. A tese de Nagel era a de que o princípio do altruísmo pode ser fundado a partir da autoconcepção de uma pessoa, tal como descrita acima, e o ponto decisivo da argumentação referente a essa questão era que o reconhecimento irrestrito da realidade de outras pessoas só pode ser justificado se uma pessoa pode considerar a si mesma de modo impessoal e pode adotar razões objetivas para o agir. Mostrou-se agora que, em *The Last Word*, Nagel vincula o conceito de pessoa estreitamente com a consciência da liberdade enquanto autonomia, mas mantendo esse passo em continuidade com sua primeira concepção da ética. Isso tem consequências para a interpretação do altruísmo, consequências que Nagel não extraiu, mas que facilmente poderia ter extraído.

É preciso incluir o conceito de pessoa, definido pela ideia da liberdade como autonomia, na exigência do altruísmo de reconhecer a realidade de outras pessoas sem levar em conta os próprios desejos e necessidades. Nagel (1970, p. 122 e ss.) considera isso na medida em que ele – partindo das suas reflexões anteriores – atribui à pessoa um valor objetivo. Essa tese segue-se da capacidade de uma pessoa de determinar a si mesma a partir de razões objetivas, abstraindo de preferências contingentes e subjetivas. Sob essa perspectiva, a exigência de reconhecer a realidade de outras pessoas deve ser entendida no sentido de que o valor objetivo que originariamente está inerente à pessoa deve ser respeitado e garantido. No entanto, com isso o ponto chave

do argumento não foi ainda alcançado. Este só vem à tona quando se leva em conta o fato de que esse valor objetivo encontra sua expressão na consciência da liberdade como autonomia e que, por isso, o reconhecimento da realidade de outras pessoas não é outra coisa senão o reconhecimento e a garantia dessa sua autonomia originária.

Como se sabe, é justamente isso o que Kant chama de dignidade da pessoa, o que proíbe considerar e usar pessoas como coisas, isto é, como meios para fins arbitrários. Antes, pessoas são fins em si mesmos, na medida em que têm o fundamento da sua existência em si mesmas, sendo este fundamento a autonomia. Por isso, segundo Kant, também possuem um valor objetivo ou absoluto. Com isso, a defesa nageliana de uma ética do altruísmo acaba sendo a defesa de uma ética da humanidade, que se baseia na autoconcepção de uma pessoa como um ser livre e autônomo. “Age de tal modo que sempre uses a humanidade na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, ao mesmo tempo como fim, nunca como mero meio” – Nagel deveria poder aceitar este imperativo de Kant sem hesitação.

Se olharmos para trás a partir do que resultou até agora, a partida do jovem Nagel da autoconcepção de uma pessoa como uma em uma pluralidade de outras pessoas parece agora a expressão, reduzida a uma fórmula manejável, do princípio de uma metafísica da pessoa que envolve uma teoria da liberdade pessoal como autonomia. Isso é uma expressão adequada do ponto sistemático das reflexões de Nagel (1997, p. 118) mostrada pela seguinte declaração que, mais uma vez, vincula o conceito de liberdade com a consciência da unidade das duas perspectivas, característica do conceito de pessoa, aplicando este conceito ao mesmo tempo ao todo de um projeto de vida de uma pessoa indi-

vidual:

Freedom requires holding oneself in one's hands and choosing a direction in thought or action for the highly contingent and particular individual that one is, from a point of view outside oneself, that one can nevertheless reach from inside oneself.

Que o ponto de vista para a orientação no pensamento e no agir de uma pessoa individual só pode ser adquirido a partir do próprio interior significa que este só é acessível como consequência da descrita autoconcepção de uma pessoa. O fundamento inerente a esse ponto de vista, capaz de dar à vida contingente de uma pessoa individual uma orientação persistente e universalmente válida, poderia então ser chamado de fundamento na consciência. No entanto, cabe dizer que isso se dá independentemente da referência subjetiva a ele – é justamente isso o que a formulação nageliana “a point of view outside oneself” quer dizer –, e que ele é entendido e conhecido pela pessoa como tal. Portanto, a ‘última palavra’ de Nagel na questão da fundamentação de uma teoria ética é uma defesa de uma fundamentação internalista de um realismo ético, baseada no conceito de liberdade pessoal como autonomia (Cf. SCARANO, 2001).

## O PROBLEMA DA MOTIVAÇÃO

Há mais um ponto a ser discutido: a tese nageliana de que a adoção pessoal de um princípio objetivo também tem força motivadora para o agir. Nagel tentou precisar e defender essa tese diante de concepções alternativas ao seu primeiro livro. No presente contexto, é esclarecedora a discussão nageliana do papel que os desejos, isto é, as inclinações, têm na decisão sobre o que se deve fazer. Segundo Nagel (1970, p. 43 e ss.), essas não são razões a partir das quais o exercício atual de uma ação pode ser explicado; em vez dis-

so, subjazem a desejos decisões racionais que não podem, por sua vez, ser reduzidas a desejos. Por isso, juízos na primeira pessoa, que envolvem razões objetivas para que algo deva ser feito, já por si são relevantes para a decisão sobre a ação.

Mais tarde, Nagel precisou essa tese. Ela não quer dizer que haja uma ligação necessária entre a adoção de uma razão objetiva e o exercício atual da ação de uma pessoa. Portanto, Nagel não defende que o reconhecimento de uma razão objetiva do agir por si só gere sempre, e com necessidade, uma motivação do agir. Em vez disso – é essa a tese precisada –, o reconhecimento pessoal e a adoção de uma razão objetiva geralmente são suficientes para mover a pessoa a agir – “in the absence of contrary influences or interferences this type of influence becomes operative” (NAGEL, 1970, p. 111). Consequentemente, explicações adicionais ou alternativas para explicar a passagem da adoção de razões objetivas à motivação para agir de acordo com estas, tal como desejos ou inclinações, não são necessárias.

Tal concepção deixa algumas questões em aberto. Primeiro, não fica claro como é que a adoção e o reconhecimento pessoal de uma razão objetiva por si pode possuir uma força motivadora para o agir. A tese de Nagel de que o reconhecimento de uma razão objetiva também proporciona um motivo que “normalmente” motiva a pessoa para o agir não recebe uma justificativa mais pormenorizada – se abstrairmos do fato de que é duvidoso se isso realmente acontece normalmente. A experiência mostra mais o contrário. Abstraindo-se disso, pode-se construir um argumento a partir do princípio da racionalidade, na medida em que uma pessoa que age racionalmente só pode formar uma autoconcepção consistente e estável ao comportar-se racio-

nalmente em situações de conflitos morais, ou seja, ao orientar-se por uma reflexão racional com a qual ela reconhece a exigência de uma justificativa universalizável. Uma pessoa que não segue uma razão objetiva comporta-se de modo irracional, contradizendo as convicções que ela mesma formou enquanto agente racional. Portanto, o reconhecimento de uma razão objetiva também envolve uma força motivadora para o agir.

No entanto, tal argumento não seria suficiente. Ainda carece de uma explicação o pressuposto, aparentemente tomado como um fato por Nagel, de que uma pessoa pode impedir o impacto direto dos impulsos, desejos e inclinações e adotar o ponto de vista da decisão, levantando, assim, a questão sobre o agir correto e se ela é capaz de agir conforme a sua decisão. Portanto, ainda carece de uma resposta a questão sobre como a razão prática é capaz de adquirir uma força motivadora sob as condições da contingência e da individualidade de uma pessoa, às quais pertence também o sistema dos impulsos e das inclinações. Sobre essa questão, Nagel não diz nada. Na medida em que a capacidade de abstrair de influências contingentes e de reconhecer a universalidade de um princípio objetivo é um elemento essencial da perspectiva pessoal, vendo nesta também uma força motivadora para o próprio agir, um esclarecimento acerca dessas questões pode ser considerado um passo na explicitação da estrutura da autoconsciência prático-moral de uma pessoa. Por isso, parece oportuno voltar-se, mais uma vez, para Kant.

#### A TEORIA KANTIANA DA MOTIVAÇÃO

Tal passo mantém-se na perspectiva de Nagel. Também para

Kant – o próprio Nagel apontou isso no começo da sua primeira abordagem sobre a possibilidade do altruísmo – a autonomia da motivação moral e, com isso, a renúncia a inclinações e a interesses subjetivos, são condições do agir moral. No entanto, diferentemente de Nagel, Kant (2003, p. 79; ROHDEN 275) supõe um *sentimento* específico que, como este último afirma, opera como “fundamento subjetivo” de uma ação moralmente boa, adquirindo, assim, uma força motivadora no sentido de uma “mola propulsora” (“Triebfeder”). Nagel não voltou para essa teoria provavelmente pela convicção de que tal sentimento não é necessário, pois razões objetivas já teriam por si uma força motivadora. No entanto, pelo fato de que justamente esse ponto não fica claro na argumentação de Nagel, parece oportuno voltar-se para a teoria kantiana da motivação moral.

Como se sabe, o sentimento suposto por Kant é o sentimento do respeito pela lei moral (Cf. SCARANO, 2002; e literatura indicada na obra deste). Este é caracterizado por não ter qualquer fonte empírica, mas ser “produzido por um fundamento intelectual”, que consiste na consciência da lei moral (KANT, 2003, p. 73; ROHDEN 255). Kant o descreve como um sentimento misto, consistindo em um componente avaliado negativamente – a delimitação da eficácia de inclinações e de necessidades meramente subjetivas –, que está ligado à consciência da universalidade da lei moral; e em um componente avaliado positivamente, uma força, vivenciada com a espontaneidade envolvida na consciência da liberdade enquanto autonomia. A função desse sentimento consistiria em realizar uma mediação entre a consciência da validade da lei moral e a natureza sensível do agente, sendo, assim, “favorável à influência da lei sobre a

vontade”, como Kant (2003, p. 75, ROHDEN 261) escreve.

É patente que, com isso, Kant busca explicar justamente a vinculação entre o reconhecimento de um princípio objetivo e a existência de um motivo do agir no sentido de uma “mola propulsora”, vinculação esta que não foi levada em conta ou não foi considerada carente de uma explicação por Nagel. Para Kant, essa vinculação se dá pelo fato de que a lei moral, na medida em que é considerada na sua relação com as inclinações naturais e as necessidades de uma pessoa, é ela mesma a causa do sentimento do respeito, o qual, por sua vez, enquanto sentimento, tem o papel de uma causa no sentido de uma “mola propulsora” do agir moral. Mais precisamente, ele tem tal papel em virtude de um juízo da razão prática, porque é a razão prática mesma que vê um adiantamento da sua atividade no fato de que inclinações naturais e necessidades devem ser compatibilizadas com a aplicabilidade universal da lei moral, “pois toda redução de obstáculos de uma atividade é promoção dessa mesma atividade”, como Kant (2003, p. 79; ROHDEN 275) o formula. Por isso, o sentimento de respeito aparece como expressão subjetiva dessa valorização do efeito da lei moral sobre a atividade da razão prática. Corresponde a isso um efeito positivo ao sistema das inclinações naturais de uma pessoa, o que pode ser entendido como “mola propulsora” do agir moral.

Na medida em que a teoria kantiana da motivação moral não supõe nenhum motivo neutro ou externo à moral, ela pode – com Nagel – ser chamada de *teoria internalista*. E, também com Nagel, ela parte da premissa de que só um princípio universal pode ser fundamento do agir moral. No entanto, diferentemente de Nagel, ela busca explicar como um princípio universal pode se tornar um motivo subjetivo

do agir; e ela faz isso justamente ao tornar a relação desse princípio com os impulsos naturais e as inclinações de uma pessoa o assunto da reflexão, o que Nagel deixou de fazer. O ponto sistematicamente decisivo consiste na tese de que o sentimento de respeito não é autárquico, mas derivado, na medida em que é só a expressão do efeito do princípio objetivo ao sistema das inclinações e impulsos. Por isso, esse princípio é, e permanece, a “verdadeira” ou, como Kant o expressa, a “própria mola propulsora”, porque, em virtude do adiantamento do operar da razão prática, apresenta-se só na forma de um sentimento, no qual o componente avaliado positivamente prevalece, de modo tal que é vivenciado como um sentimento de prazer, adquirindo, desse modo, a sua força motivadora.

Vê-se facilmente que a unidade das perspectivas pessoal e impessoal, concebida por Nagel, recebe uma nova interpretação na concepção kantiana de um sentimento de respeito pela lei moral. Por um lado, esse sentimento, como qualquer outro, é acessível só na perspectiva pessoal; por outro lado, o conteúdo racional desse sentimento consiste no fato de que é expressão de uma lei universal, e não meramente de uma condição subjetivamente válida. Por isso, o sentimento de respeito pela lei moral é, ao mesmo tempo, um sentimento de respeito por todas as outras pessoas, que reconhecem a lei moral como válida para si ou que são capazes de reconhecê-lo. Também nessa perspectiva, esse sentimento pode ser descrito como uma mistura de dois estados emocionais diferentes. Ao respeitar uma pessoa como pessoa moral, respeito à delimitação da minha ilimitada liberdade de agir e dos meus desejos e inclinações; mas ao mesmo tempo reconheço que na comunidade e em concordância com outras pessoas posso desdobrar a atividade

da minha razão prática de um modo constante, e isso de tal maneira que também as minhas próprias inclinações, como as de todos os outros, podem ser reconhecidas e satisfeitas.

É justamente esse o princípio do altruísmo que Nagel pretende justificar. É a isso que se refere, ainda, quando fala do respeito pela dignidade da pessoa. Esta consiste, conforme dito anteriormente, em reconhecer a autonomia de uma pessoa. Na medida em que a autonomia consiste no reconhecimento da validade da lei moral para o próprio agir, o respeito pela dignidade de uma pessoa consiste em reconhecer a validade da lei moral em uma outra pessoa do mesmo modo como no próprio caso. Por isso, o agir sob a lei moral permite a realização dos próprios interesses, inclinações e necessidades, do mesmo modo que permite a realização dos interesses, inclinações e necessidades de todos os outros. Assim, o sentimento de respeito pela lei moral, conforme concebido por Kant, parece o próprio fundamento subjetivo do altruísmo racional que Nagel defende. Se Nagel poderia concordar com isso é outra questão. Talvez ele devesse.

**Abstract:** The present article discusses the relation of Th. Nagel's ethics of altruism with kantian ethics. According to Nagel himself, his position resembles that of Kant in two respects: it defends the thesis of the autonomy of moral motivation, and it bases moral on a determinate self-conception of persons. However, differently from Kant, the principle of Nagel's ethics is just the modest presupposition that persons essentially understand themselves as being one among a plurality of other persons. Starting from the nagelian argument in *The Possibility of Altruism* (1970), but contemplating also Nagel's more recent position in *The Last Word* (1999), it is argued that in order to defend his conception of a rational ethics in a convincing way, Nagel has to approximate himself more to the kantian foundation of ethics than he wants to admit.

**Keywords:** Morality, Altruism, Self-consciousness

## REFERÊNCIAS

HENRICH, Dieter. Dimensionen und Defizite einer Theorie der Subjektivität. *Philosophische Rundschau*, Tübingen, 36, Heft 1/2, p. 1-24, 1989.

KANT, Immanuel. Kritik der praktischen Vernunft. In: *Kant's gesammelte Schriften*, edição da Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften, Berlin, v. 5, 1902s.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Prática*. Trad. de Valério Rohden (edição bilíngüe). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LÜTTERFELDS, Wilhelm. Nagels "Blick von nirgendwo" – Eine aporetische Rehabilitierung der Transzendentalphilosophie? *Kant-Studien*, 90, Heft 2, p. 204-222, 1999.

NAGEL, Thomas. *The possibility of altruism*. Princeton: Princeton UniPress, 1978.

\_\_\_\_\_. *Die möglichkeit des altruismus*. Bodenheim: Philo, 1998.

\_\_\_\_\_. *The view from nowhere*. New York/Oxford: Oxford UniPress, 1986.

\_\_\_\_\_. *Der Blick von Nirgendwo*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1992.

\_\_\_\_\_. *The last word*. New York: Oxford Unipress, 1997.

\_\_\_\_\_. *Das letzte wort*. Stuttgart: Reclam, 1999.

\_\_\_\_\_. Universality and the reflective self. In: KORSGAARD, Christine (Ed.). *The sources of normativity*.

Cambridge: Cambridge UniPress, 1996. p. 200-209.

SCARANO, Nico. *Moralische Überzeugungen*. Grundlinien einer antirealistischen. Theorie der Moral. Paderborn: Mentis Verlag, 2001.

\_\_\_\_\_. *Moralisches Handeln*. In: HÖFFE, Otfried (Ed.). *Immanuel Kant, Kritik der praktischen Vernunft*. Berlin: Akademie Verlag, 2002. p. 135-151.